

# Os "Cinco" dez anos depois

Por Sol de Carvalho, em São Tomé e Príncipe  
Fotos de Daniel Maquinasse

Este ano, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe vão comemorar dez anos de Independência. A quinta Cimeira dos «Cinco», agora realizada em S. Tomé, objectivou fazer um balanço da relação que une os nossos países, dez anos depois de terminadas as Lutas de Libertação Nacional.

O resultado mais significativo alcançado neste quinto encontro cimeiro dos «Cinco» foi, sem dúvida, a «Declaração de S. Tomé» cujo tema central é a situação prevalecente na África Austral.

O Cone Sul do Continente seria também o principal tema de debate tanto ao nível da Conferência Ministerial Preparatória como da própria Cimeira que reuniu de novo Aristides Pereira, Eduardo dos Santos, João Bernardo Vieira, Samora Machel e Pinto da Costa.

A exposição feita pelos chefes da delegação do nosso país e de Angola sobre a África Austral, em particular no que respeita às violações sul-africanas do Acordo de Nkomati e do Compromisso de Lusaka, fez prever, desde cedo, que a situação na região deveria assumir um significativo espaço nas posições insertas nos documentos oficiais do encontro.

Mas a Reunião Ministerial foi apenas até onde era possível chegar dado o facto de ser um encontro preparatório. Quando, na terça-feira, dia 12, os trabalhos da Reunião Ministerial se concluíram, previa-se que as decisões para fazer face às violações sul-

africanas de Nkomati e Lusaka e à convivência de círculos portugueses perante a actuação dos bandos armados em território português, seriam essencialmente baseadas numa pressão a ser feita nos corredores da diplomacia, com pouca cobertura pública.

A ajudar a este facto existia uma já relativa tradição de não se citar, nos documentos, países com quem os «Cinco» mantêm relações diplomáticas. Em concreto, esperava-se uma condenação à

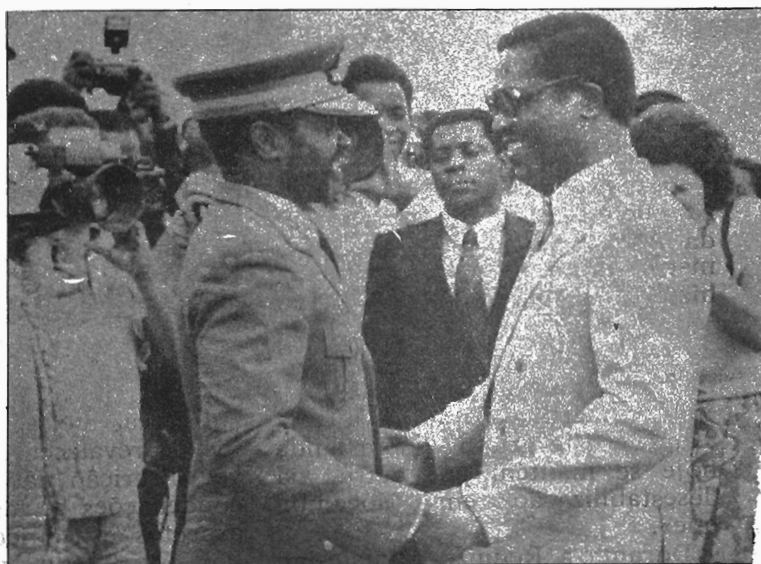
África do Sul pela violação e uma referência geral a «outros países ocidentais».

Isto era esperado no que respeita a uma posição conjunta dos «Cinco». Individualmente, porém, Moçambique foi um dos países que fez imediatamente sentir publicamente o seu desacordo para com a atitude sul-africana e para com a convivência a respeito da «componente portuguesa dos bandidos armados».

Através de várias entrevistas concedidas pelo Chefe da Delegação moçambicana, o Ministro Jacinto Veloso, à Imprensa estrangeira que se deslocou a S. Tomé, o nosso país detalhou a sua posição face aos problemas da África Austral.

O Ministro Jacinto Veloso disse que, na sequência da assinatura, houve algumas melhorias mas que o balanço em termos de segurança em Moçambique se poderia considerar negativo. Ele

O Presidente da RPM, Marechal Samora Machel é recebido pelo Chefe do Estado de S. Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, à sua chegada àquele país





Os Presidentes dos «Cinco» (a partir da esquerda): Eduardo dos Santos, RPA; Aristides Pereira, Cabo Verde; Bernardo Vieira, Guiné-Bissau; Samora Machel, RPM; e Manuel Pinto da Costa, S. Tomé e Príncipe.

adiantou que tal resulta do facto de, a partir do território sul-africano persistirem actos de banditismo armado, particularmente no sul, com carácter de espectacularidade. Explicou que, contudo, certos países que tentavam, pela via do banditismo armado, derrubar o Governo legítimo da Frelimo, tinham desistido dessa intenção o que leva a que a nossa acção diplomática seja principalmente no sentido de isolar o que chamamos de «componente portuguesa».

Jacinto Veloso fez notar que as forças que apoiam e dirigem a desestabilização em Moçambique são as mesmas desde a Luta de Libertação Nacional. Nessa altura foram criados os grupos especiais, depois participaram no «7 de Setembro», depois organizaram-se na chamada «África Livre» a partir da Rodésia do Sul e finalmente, organizaram a acção de desestabilização a partir da África do Sul — disse o Ministro moçambicano fazendo o historial da acção inimiga contra Moçambique.

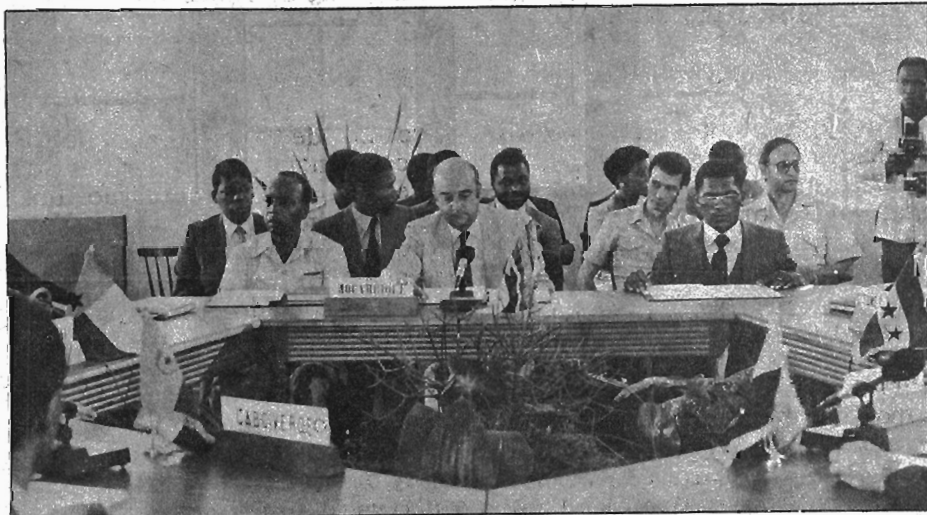
Jacinto Veloso salientou também que essas forças são lideradas pelo grupo de Jorge Jardim e que é este grupo «quem ainda hoje se mantém por detrás da desestabilização em Moçambique».

Durante a Reunião Ministerial,

«Cinco» sobre a África Austral estavam incluídas no relatório da Reunião Ministerial e não eram objecto de nenhum documento especial.

A chegada dos Chefes de Estado e os trabalhos da Cimeira alterou as características que este quinto encontro vinha tomando.

Na Cimeira e durante a discussão para aprovação do relatório da Reunião Ministerial, o problema particular da convivência de círculos portugueses, face à actuação dos bandidos armados em Portugal foi discutido e logo se chegou à conclusão que não deveria haver nenhuma ambiguidade nas posições públicas dos Chefes de Estado face a este problema. Também em relação à África do Sul o Presidente Samora Machel manteve contactos bilaterais com os outros Chefes de Estado com quem discutiu as vio-



A delegação ministerial da RPM, chefiada pelo Major-General Jacinto Veloso, Ministro na Presidência para os Assuntos Económicos

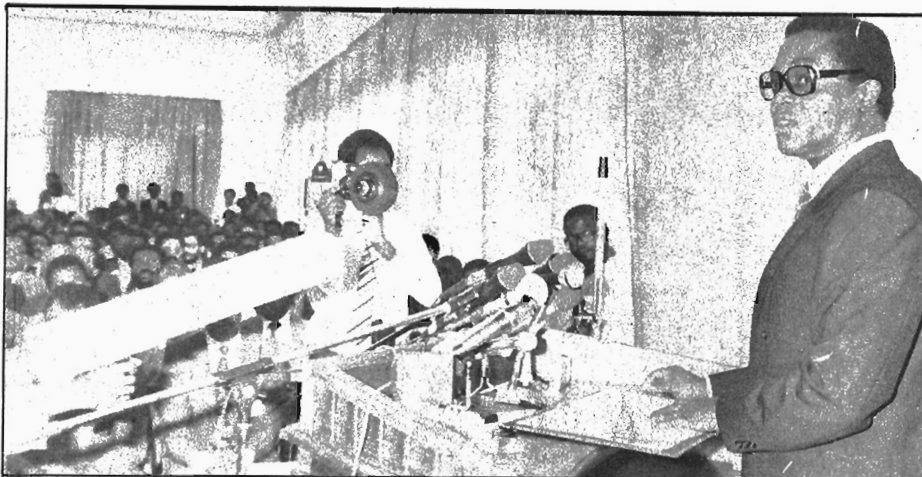
o ambiente político era, assim marcado pelas intervenções a respeito da África Austral feitas no interior do encontro e por uma série de declarações públicas que trouxeram a situação moçambicana para o centro das atenções da Imprensa estrangeira presente em S. Tomé.

As posições referidas eram subscritas pelos «Cinco» mas a ideia prevalecente era a de haver discrição não em relação às condenações gerais mas a certos aspectos específicos da situação. Por outro lado, as posições dos

lações sul-africanas ao Acordo de Nkomati.

No segundo dia de trabalhos, as violações sul-africanas e a componente portuguesa foram discutidas longamente num encontro à porta fechada dos Chefes de Estado que já se tinham encontrado num jantar privado na noite anterior.

A «Declaração de S. Tomé» foi pois o resultado de Eduardo dos Santos, Aristides Pereira, Bernardo Vieira, Samora Machel e Pinto da Costa terem chegado a conclusão de que se tornava neces-



Manuel Pinto da Costa, Chefe do Estado são-tomense e Presidente em Exercício dos «Cinco»

sária uma posição conjunta especial sobre os problemas da África Austral.

E de facto, a declaração teve como objectivo a situação geral na África Austral mas pontuou claramente as responsabilidades do regime sul-africano e de círculos portugueses na desestabilização de que os nossos países são vítimas.

Note-se que Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé estão também preocupados com os «lobbies» que estão a ser feitos por reacçãoários nomeadamente em Portugal com o objectivo de derrubar os governos de Praia, Bissau e S. Tomé.

Historicamente, foi a primeira vez que os «Cinco» adoptaram uma declaração especial sobre um determinado tema que, como nos disse um dos delegados «vai servir de base de trabalho político e diplomático dos nossos países neste futuro próximo».

A importância deste documento só poderá vir a ser avaliada concretamente nos próximos meses, mas sem dúvida que ele vai ser uma base de trabalho, quer nas acções conjuntas dos «Cinco», quer individualmente.

«Trata-se de um documento completo e globalizante, uma tomada conjunta de posições de princípio sobre uma determinada questão apesar de poder ter aspectos específicos e circunstanciais» — disse-nos um outro delegado. (N.R. Na próxima edição publicaremos a declaração na íntegra).

## COOPERAÇÃO: ANDAR MAIS DEPRESSA

S. Tomé ficará também na história dos «Cinco» pelo facto de, pela primeira vez, terem sido assinados acordos de cooperação cujo processo de elaboração (porque complicado na sua operacionalidade e nos seus termos jurídicos) se vinha arrastando desde as primeiras cimeiras.

Os «Cinco» assinaram:

- O Acordo de Supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço;
- O Acordo de Cooperação Consular;
- O Acordo-Tipo da Marinha Mercante;
- O Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Cultural.

No quadro da Conferência, Moçambique assinou, também dois acordos comerciais com S. Tomé e Príncipe e com a Guiné-Bissau

completando assim os protocolos comerciais com os seus parceiros dos «Cinco».

Apesar dos acordos, parece ter sido unanimemente constatado que a cooperação económica tem estado a ser lenta. Foi neste domínio, o da cooperação económica, que surgiram pois as maiores dúvidas dado que todos acham que essa cooperação é ao mesmo tempo necessária mas difícil de concretizar.

O enfrentamento do problema surgiu por duas vias fundamentais.

A primeira, foi a de fazer recair a responsabilidade da cooperação económica nos próprios operadores comerciais e técnicos. De facto constatou-se que as decisões não estavam a ser implementadas em muitos casos devido à quase total ausência de contactos dos agentes executivos dessa cooperação. Nos «Cinco», as decisões têm sido tomadas por responsáveis nos sectores estatais de tutela mas a sua concretização perde-se nos caminhos burocráticos que as decisões têm de percorrer até chegarem aos responsáveis directos com a consequente perda de sensibilidade para a necessidade de acção.

Dado o facto de serem os Ministérios dos Negócios Estrangeiros os responsáveis por coordenarem as acções dos seus países, os «Cinco» decidiram criar gabinetes especiais com a responsabilidade exclusiva de coordenarem no interior dos seus países e com os outros, as acções de cooperação.

A segunda via foi a proposta de reestruturação das subcomis-

Aspecto geral da abertura da reunião dos «Cinco», em S. Tomé e Príncipe





sões. Aceitou-se o princípio de que elas não devem proliferar mas que seria necessário reestudar as áreas abrangidas por cada uma dada a existência de complementaridades (comércio e transportes que até agora são subcomissões distintas). Os proponentes acreditam que se poderiam obter resultados mais concretos se algumas das subcomissões fossem integradas e as áreas redistribuídas. Fala-se neste sentido, por exemplo, da criação de uma subcomissão de comunicação social e acção cultural.

A proposta ficou para deliberação da próxima conferência ministerial a realizar este ano em Angola. Talvez por isso, duas áreas que se esperavam vir a constituir subcomissões — a da saúde e da comunicação social — ficarão até lá estruturadas apenas como grupos de trabalho.

Os Chefes de Estado adoptaram, na comunicação final, quatro orientações básicas a respeito da cooperação: a intensificação da cooperação económica, a atenção particular ao incremento das trocas comerciais, o envolvimento directo dos organismos na-



O Presidente da RPM, Marechal Samora Machel momentos antes de deixar S. Tomé

cionais e o prosseguimento do esforço comum na área da formação de quadros.

### S. TOMÉ E PRÍNCIPE: PRIMEIRA CIMEIRA

Para S. Tomé e Príncipe, a realização desta V Cimeira dos «Cinco» constituiu um efectivo acto de coragem pois nunca, até então, este país albergou uma reunião de tal envergadura: cerca de 160 visitantes, desde Chefes de Es-

tado a pessoal de apoio; mais de 300 pessoas envolvidas no protocolo, logística, segurança, transportes; jornalistas dos «Cinco» e da Imprensa internacional. Tudo isto implicou uma movimentação a que as pequenas Ilhas não estão habituadas.

Todos os recursos possíveis foram mobilizados e foi notória uma grande cooperação popular pois, em muitos casos, as próprias habitações e transportes privados foram chamados a apoiar os visitantes.

Se por um lado, a envergadura da reunião, aliada à falta de experiência levou evidentemente a alguns «excessos de zelo» e também à não capitalização do que o encontro poderia proporcionar (particularmente no domínio da informação), por outro lado, foi em São Tomé e Príncipe que se verificou uma maior participação popular directa no encontro dos Chefes de Estado. Algumas medidas foram necessariamente tomadas pelos responsáveis do encontro, mas outras nasceram da iniciativa popular como é o caso das contribuições monetárias e da iluminação, em candeias, da longa estrada até ao local onde se realizou a recepção no dia do encerramento.

Apesar das longas distâncias que tiveram de percorrer dos locais de habitação ao de trabalho, os delegados tiveram a oportunidade de contactar amiúde e directamente com um Povo que se mostrou, a todos os títulos, de uma hospitalidade edificante. □

## TIMOR-LESTE:

### PREOCUPAÇÃO CONSTANTE

A situação em Timor-Leste tem sido discutida pelos «Cinco» desde os seus primeiros encontros.

Em S. Tomé e Príncipe, a delegação da FRETILIN era chefiada por Abílio Araújo e integrava Mari Alkatiri e Roque Rodrigues.

Durante o encontro ministerial, a situação em Timor-Leste foi ponto específico da agenda de trabalhos e Mari Alkatiri fez uma exposição sobre a situação no seu país durante a qual referiu a nova política de unidade nacional adoptada pela FRETILIN e os esforços (mesmo a nível militar) para que uma delegação da ONU ao mais alto nível pudesse visitar o território. Particular realce foi dado por Alkatiri ao facto de a FRETILIN se manter à margem nas negociações de Portugal relativas ao território.

Os Chefes de Estado manifestaram o seu apoio às posições da FRETILIN e exortaram Portugal a iniciar conversações com aquela Frente tendo também dado o seu apoio à Conferência Internacional de Solidariedade para com o Povo de Timor-Leste que se deverá realizar este ano.

A representação Maubere nesta Cimeira foi tanto mais importante quanto ela foi portadora de uma longa mensagem gravada do Comandante Xanana Gusmão aos Chefes de Estado dos «Cinco».